



COLOQUIO INTERNACIONAL  
DE GESTIÓN UNIVERSITARIA  
URUGUAY 2024

Una nueva gestión para una Universidad en Movimiento

Montevideo, Uruguay

02, 03 y 04 de octubre de 2024



## A GESTÃO PATRIMONIAL E DO CONTROLE DOS BENS MÓVEIS PERMANENTES: O CASO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL E *MULTICAMPI* NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

**DAVI TIAGO RIBEIRO**

Universidade Federal do Pará  
[davitiago@ufpa.br](mailto:davitiago@ufpa.br)

**RAIMUNDO DA COSTA ALMEIDA**

Universidade Federal do Pará  
[raimundo@ufpa.br](mailto:raimundo@ufpa.br)

**RAIMUNDO NONATO LISBOA CLARINDO**

Universidade Federal do Pará  
[nonatolisboa@ufpa.br](mailto:nonatolisboa@ufpa.br)

**DANIELE HERONDINA OLIVEIRA PINHEIRO NOGUEIRA**

Universidade Federal do Pará  
[dani@ufpa.br](mailto:dani@ufpa.br)

**FELIPE DIAS DA SILVA**

Universidade Federal do Pará  
[felipe.dias.silva@icsa.ufpa.br](mailto:felipe.dias.silva@icsa.ufpa.br)

**JÓ VIANA RODRIGUES**

Universidade Federal do Pará  
[jo.rodrigues@icsa.ufpa.br](mailto:jo.rodrigues@icsa.ufpa.br)

### RESUMO

Considerando o ambiente complexo que envolve o funcionamento de uma Instituição Federal de Ensino, é necessária a formulação e aplicação de novas técnicas para a melhoria do desempenho institucional. Tendo em vista o aprimoramento da gestão patrimonial no âmbito das universidades públicas, esta pesquisa analisou como foi realizado o inventário patrimonial dos bens móveis permanentes do período de 2020 a 2023 da UFPA. A pesquisa é caracterizada como exploratória, descritiva, sendo realizada por meio de estudo de caso em uma Universidade Pública, a UFPA. As técnicas adotadas foram pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados do levantamento físico dos bens móveis permanentes das unidades acadêmicas e administrativas do inventário patrimonial foram apresentados do período de 2020 a 2023. No total foram levantados 197.837 bens móveis permanentes apresentados devidamente por grupo e tipo de unidade da UFPA.

**Palavras chave:** Gestão Patrimonial. Inventário patrimonial. Levantamento físico.

## 1. INTRODUÇÃO

A administração patrimonial tem como objetivo efetuar os registros, controle e descarte dos materiais permanentes ou bens móveis, assim como dos bens imóveis (BERNARDES, 2008). Enquanto que a gestão patrimonial é responsável pela organização, direção e controle do patrimônio (CHIN, 2006).

Para aos autores Santos (2002) e Bernardes (2008) nas atividades do setor de patrimônio público há a predominância do controle. Os controles são considerados como internos e externos, sendo o de âmbito interno as ações ligadas pelo próprio órgão público e no externo, é exercido pelos órgãos de controle, como por exemplo, o Tribunal de Contas da União.

Como importante processo da gestão patrimonial e do controle dos bens móveis permanentes da Administração Pública Federal apresenta-se o inventário patrimonial. De acordo com a IN 205/88/SEDAP/PR, o inventário físico é considerado como o instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes, em uso no órgão ou entidade (BRASIL, 1988).

A gestão patrimonial dos bens permanentes da UFPA está em processo de melhoria e alinhada com as diretrizes e legislações vigentes no que tange as políticas de administração patrimonial da Administração Pública Federal.

Desse modo, foi estabelecido o seguinte problema da pesquisa: Como é realizada a gestão patrimonial e do controle de bens móveis permanentes a partir do Inventário Patrimonial da Universidade Federal do Pará?

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar como foi realizado o inventário patrimonial dos bens móveis e permanentes do período de 2020 a 2023 da UFPA. E os objetivos específicos são: a) apresentar o contexto da gestão patrimonial e do controle de bens móveis da UFPA; b) destacar os resultados obtidos com a etapa de levantamento físico dos bens móveis do Inventário Patrimonial.

O presente artigo está dividido em introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados, conclusões e referências.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a realização desta pesquisa adotou-se como fundamentação teórica as temáticas relacionadas à Administração e Gestão Patrimonial e Gestão Patrimonial e do Controle dos bens móveis permanentes na Administração Pública Federal.

### 2.1 ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL

De acordo com Santos (2016, p. 17) a administração patrimonial é compreendida como:

(...) uma sequência de atividades que tem o seu início na aquisição e termina quando o bem for retirado do patrimônio da instituição. Ao longo dessa trajetória são adotados inúmeros procedimentos, físicos e contábeis (...)

Para Santos (2016) os procedimentos relacionados a aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle dos bens patrimoniais possuem semelhança com a administração de material.

A Figura 1 destaca as principais atividades patrimoniais.

Figura 1 - Principais Atividades Patrimoniais.



Fonte: Adaptado de Santos (2016).

A administração patrimonial tem como objetivo efetuar os registros, controle e descarte dos materiais permanentes ou bens móveis, assim como dos bens imóveis (BERNARDES, 2008). Enquanto que a gestão patrimonial é responsável pela organização, direção e controle do patrimônio (CHIN, 2006).

## 2.2 GESTÃO PATRIMONIAL E DO CONTROLE DOS BENS PERMANENTES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

O Conselho Federal de Contabilidade (2008, p.2), através da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 16.2, se refere ao patrimônio público como:

Conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (que estabeleceu o Código Civil), classifica os bens públicos a partir de sua destinação:

Art. 99. São bens públicos:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II – os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Os bens móveis estão na categoria de bens dominicais. De acordo com a Lei 4.320/64, bens móveis permanentes são os que possuem durabilidade acima de dois anos. Porém, convém complementar que o artigo 3º da Portaria 448/2002, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, apresenta cinco critérios para classificar o material como permanente:

Art. 3º - Na classificação da despesa serão adotados os seguintes parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente:

I - Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;

II - Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;

III - Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;

IV - Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e

V - Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

Os bens móveis permanentes são os que possuem durabilidade acima de dois anos, conforme previsto na Lei nº 4.320 de 1964 (BRASIL, 1964). Porém, convém complementar que o artigo 3º da Portaria 448 (2002), da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, apresenta cinco critérios para classificar o material como permanente: durabilidade, fragilidade, perecibilidade e incorporabilidade.

A classificação dos bens patrimoniais no contexto contábil/ administrativo é considerada como tangível e intangível. Como exemplo de bens tangíveis destacam-se os mobiliários em geral, equipamentos de informática, equipamentos de laboratórios e veículos.

Enquanto que os bens intangíveis pode-se citar as licenças de uso de software, patentes, entre outros (MOTA, 2009).

Para aos autores Santos (2002) e Bernardes (2008) nas atividades do setor de patrimônio público há a predominância do controle. Os controles são considerados como internos e externos, sendo o de âmbito interno as ações ligadas pelo próprio órgão público e no externo, é exercido pelos órgãos de controle, como por exemplo, o Tribunal de Contas da União.

Como importante processo da gestão patrimonial e do controle dos bens permanentes da Administração Pública Federal apresenta-se o inventário patrimonial. Sobre o inventário patrimonial segundo Barbosa (2013, p. 181):

O inventário físico de bens permanentes é o instrumento de controle pelo qual se torna possível a verificação da existência física de cada bem, localizado na respectiva unidade administrativa.

De acordo com a IN 205/88/SEDAP/PR, o inventário físico é considerado como:

(...) o instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes, em uso no órgão ou entidade (...) (BRASIL, 1988).

Ainda de acordo com a IN 205/88/SEDAP/PR com a realização do inventário físico irá possibilitar as seguintes atividades de melhoria e controle dos bens permanentes:

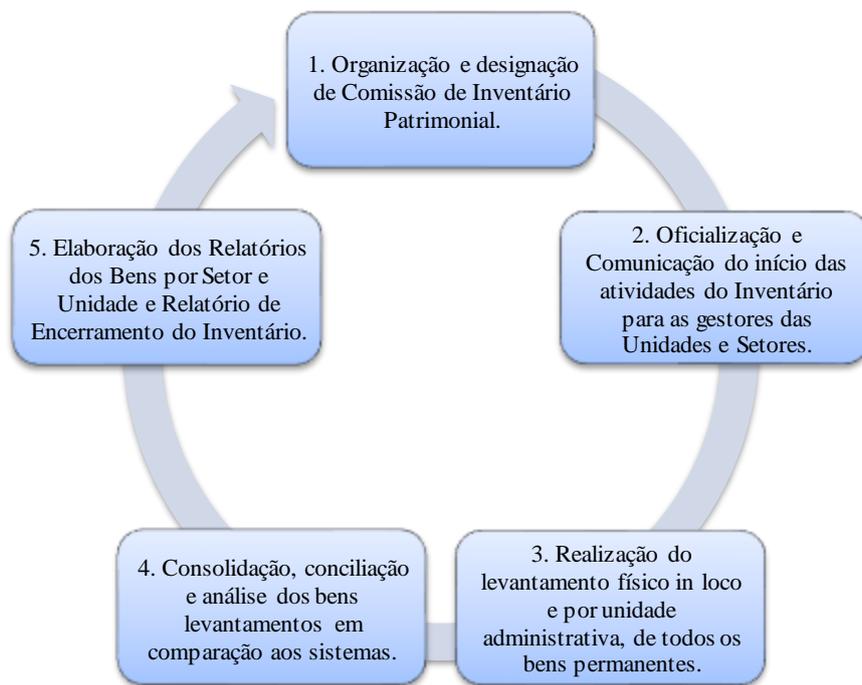
- a) o ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem;
- b) a análise do desempenho das atividades do encarregado do almoxarifado através dos resultados obtidos no levantamento físico;
- c) o levantamento da situação dos materiais estocados no tocante ao saneamento dos estoques;
- d) o levantamento da situação dos equipamentos e materiais permanentes em uso e das suas necessidades de manutenção e reparos; e
- e) a constatação de que o bem móvel não é necessário naquela unidade.

A exigência do inventário físico permeia também no que tange a obrigatoriedade legal dos registros mensais nos sistemas de gerenciamento de patrimônio de cada organização pública federal, assim como no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Sobre a exigência legal é importante observar o que disciplina o artigo 96 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade (BRASIL, 1964).

Como procedimentos para a realização do inventário patrimonial dos bens permanentes na Administração Federal, tendo em vista a otimização e padronização do processo, apresenta-se na Figura 2 a proposta adaptada de Barbosa (2013).

Figura 2 - Proposta de Procedimentos de Inventário Patrimonial.



Fonte: Adaptado de Barbosa (2013).

### 3. METODOLOGIA

O estudo de caso foi realizado na Diretoria de Almoarifado e Patrimônio da UFPA, onde verificou-se os procedimentos referente ao inventário dos bens móveis permanentes. A pesquisa caracteriza-se como:

- 1) Exploratória, uma vez que “[...] objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos” (OLIVEIRA, 2007, p. 65);
- 2) Descritiva, “[...], pois procura analisar fatos ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos ou fenômenos, ou mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada” (OLIVEIRA, 2007, p. 68); logo pressupõe também a explicação.

A Estratégia Metodológica foi o estudo de caso, por analisar um caso particular (a UFPA), “considerando representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo” (SEVERINO, 2007). O método de estudo de caso na pesquisa “deve ser utilizado para atender aos objetivos preestabelecidos pelos pesquisadores, como sendo um estudo aprofundado a fim de buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou fenômeno da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

As técnicas de pesquisa assim se caracterizam:

- Pesquisa documental: A fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo fonte primária, Lakatos e Marconi (2010); Segundo OLIVEIRA (2007, p.

69), caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não recebem nenhum tratamento científico.

- **Pesquisa bibliográfica:** Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (LAKATOS E MARCONI, 2010) É a modalidade de estudo de análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

#### 4. RESULTADOS

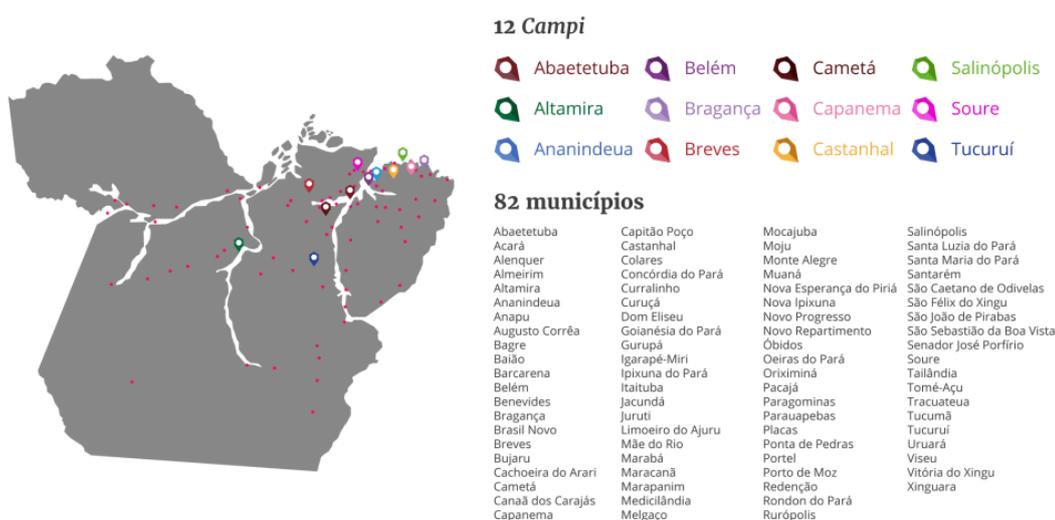
A seguir, serão apresentados o contexto da UFPA e os resultados da pesquisa.

##### 4.1 CONTEXTO E REALIDADE PESQUISADA

A UFPA é uma instituição pública de educação superior, vinculada ao Ministério da Educação, organizada sob a forma de autarquia especial, gozando de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto nº 81.520, de 4 de abril de 1978 (Universidade Federal do Pará [UFPA], 2009). É composta por aproximadamente 60 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos (UFPA, 2023).

Caracteriza-se como universidade *multicampi* com atuação no Estado do Pará, sede e foro legal na cidade de Belém, composta de 15 institutos, 09 núcleos, 12 campi (Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí), 01 escola de aplicação e 02 hospitais universitários (UFPA, 2023). A Figura 3 demonstra a dimensão geográfica e *multicampi* da UFPA.

Figura 3 - UFPA e a sua dimensão geográfica e *multicampi*.



Fonte: Site da UFPA (2024).

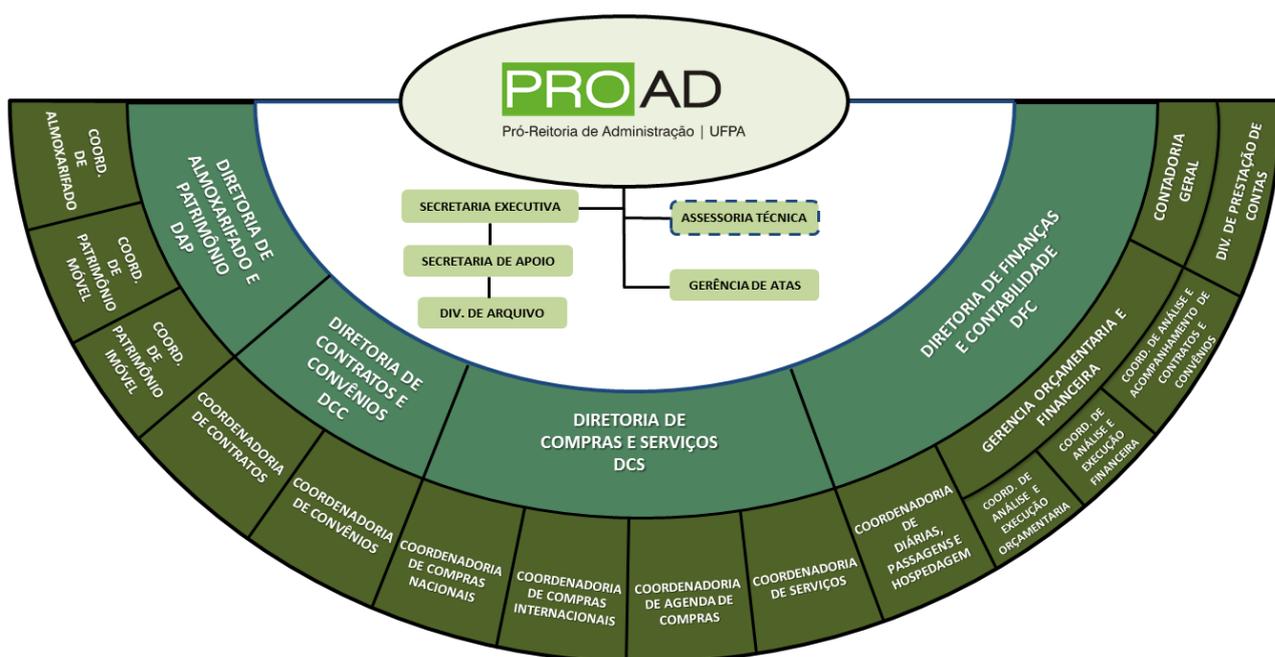
A estrutura organizacional da UFPA é composta por 3 (três) conselhos superiores e 1 (um) órgão de auditoria interna; reitoria e vice-reitoria e 2 (duas) assessorias especiais; 6 (seis) órgãos de assessoramento; 11 (onze) órgãos suplementares, 7 (sete) pró-reitorias, 15 (quinze) institutos, 9 (nove) núcleos, 4 (quatro) comissões e 2 (dois) hospitais universitários, Estes, atualmente, integram o complexo hospitalar universitário, estando vinculados à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Dentre as finalidades, destaca-se a cooperação para o “desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa” (UFPA, 2009), ou seja, a UFPA objetiva a construção de uma Amazônia Sustentável.

Cabe destacar também que compete à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) “planejar, executar e acompanhar as atividades inerentes às áreas de finanças, bens e contratação de obras, serviços e compras da UFPA”, bem como compete a Diretoria de Almojarifado e Patrimônio (DAP) “planejar, executar e controlar as atividades pertinentes ao patrimônio da UFPA” e a Coordenadoria de Patrimônio Móvel (COM) a propor a política patrimonial da UFPA (UFPA, 2019).

A Figura 4 apresenta o organograma atual da PROAD da UFPA.

Figura 4 - Organograma da PROAD/UFPA.



Fonte: Site da PROAD/UFPA (2024).

#### 4.2 GESTÃO PATRIMONIAL E PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE DOS BENS MÓVEIS A PARTIR DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL DA UFPA

A UFPA possui um manual de procedimentos patrimoniais, que engloba o recebimento de bens (por empenho, por doação, por projetos e por terceiros), a armazenagem, a conferência técnica, a incorporação, a distribuição, o inventário de bens, as transferências internas, as manutenções de bens, o desfazimento, dentre outros aspectos (UFPA, 2021).

Em especial, considerando o objeto deste presente estudo, apresenta-se como são os procedimentos da UFPA em relação ao inventário patrimonial dos bens móveis permanentes. De acordo com o manual de procedimentos patrimoniais da UFPA e as legislações vigentes sobre a temática os tipos de inventários físicos são:

- **Anual** - destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício;
- **Inicial** - realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;
- **De transferência de responsabilidade** - realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora;
- **De extinção ou transformação** - realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora;
- **Eventual** - realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa do órgão fiscalizador.

As etapas de realização do inventário patrimonial dos bens móveis permanentes da UFPA atualmente são as demonstradas na Figura 5.

Figura 5 - Etapas para realização do Inventário patrimonial dos bens permanentes da UFPA.



Fonte: DAP/COM/PROAD/UFPA.

Na próxima seção será apresentada a experiência da etapa de levantamento físico do inventário patrimonial da UFPA do período de 2020 a 2023.

#### **4.2.1 A experiência do Levantamento Físico do Inventário Patrimonial da UFPA: 2020 a 2023.**

Em março de 2020, a UFPA iniciou-se o processo de inventário patrimonial dos bens móveis permanentes com a realização dos levantamentos físicos das unidades administrativas e acadêmicas. No decorrer do ano de 2020, os levantamentos físicos em algumas unidades foram realizados. No entanto, ocorreram várias interrupções de serviços, pois no dia 15/03/2020 foi decretado à pandemia da COVID-19 no Brasil, assim não havendo condições de prosseguir com o trabalho planejado.

Com as inúmeras interrupções por conta dos isolamentos de saúde em virtude da pandemia da COVID-19 e as mudanças internas de gestão da Coordenadoria de Patrimônio Móvel, o levantamento físico foi recommençado em abril de 2021 com um ciclo de replanejamento das atividades.

Considerando a dimensão geográfica da UFPA que se divide em 12 campi (Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí), a quantidade de unidades acadêmicas e administrativas (com mais de 60 unidades) e a complexidade de setores como laboratórios de ensino por áreas a conclusão das atividades do levantamento físico aconteceu em março de 2023.

A etapa de levantamento físico, *in loco*, dos bens móveis permanentes consistiu na identificação da sua localização por meio da unidade, subunidade e localidade do bem, na análise do estado de conservação, a descrição detalhada das características do bem (nº de tombamento, denominação, especificação, marca, modelo, série, e outras características encontradas durante o levantamento).

Na seção seguinte são apresentados os resultados por grupo e tipo de unidade da UFPA.

#### **4.3 RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS FÍSICOS DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL DA UFPA.**

Nas Figuras 6 a 9 são apresentados os resultados dos levantamentos físicos da UFPA. No total foram levantados 197.837 bens móveis permanentes.

Figura 6 - Resultados das Unidades Administrativas.



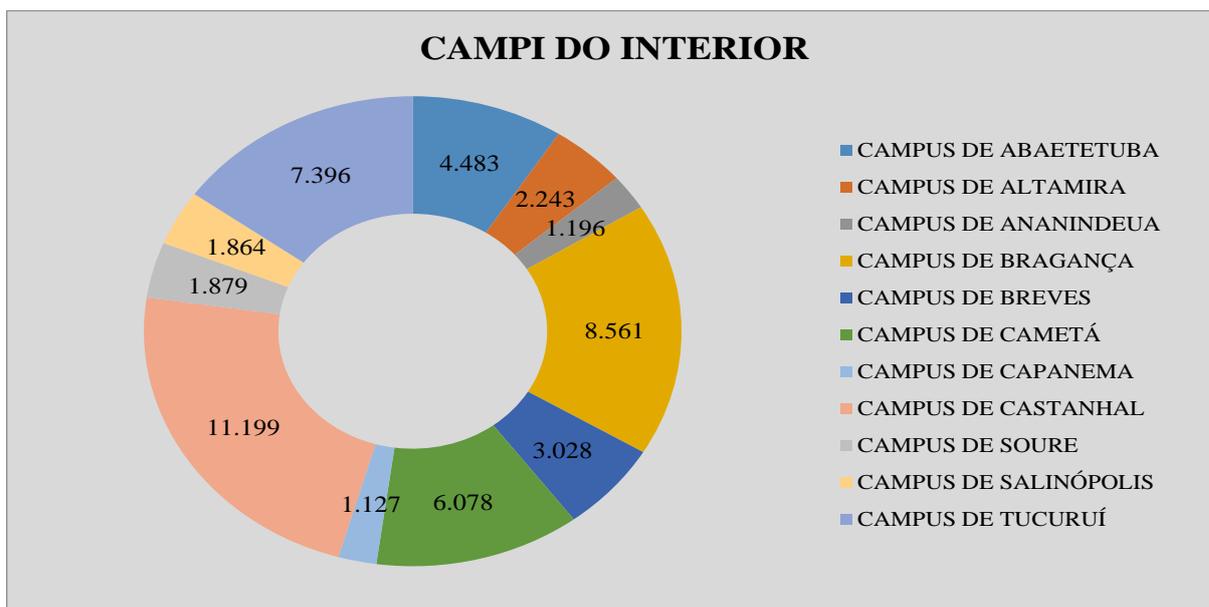
Fonte: DAP/COM/PROAD/UFPA.

Figura 7 - Resultados das Pró-Reitorias.



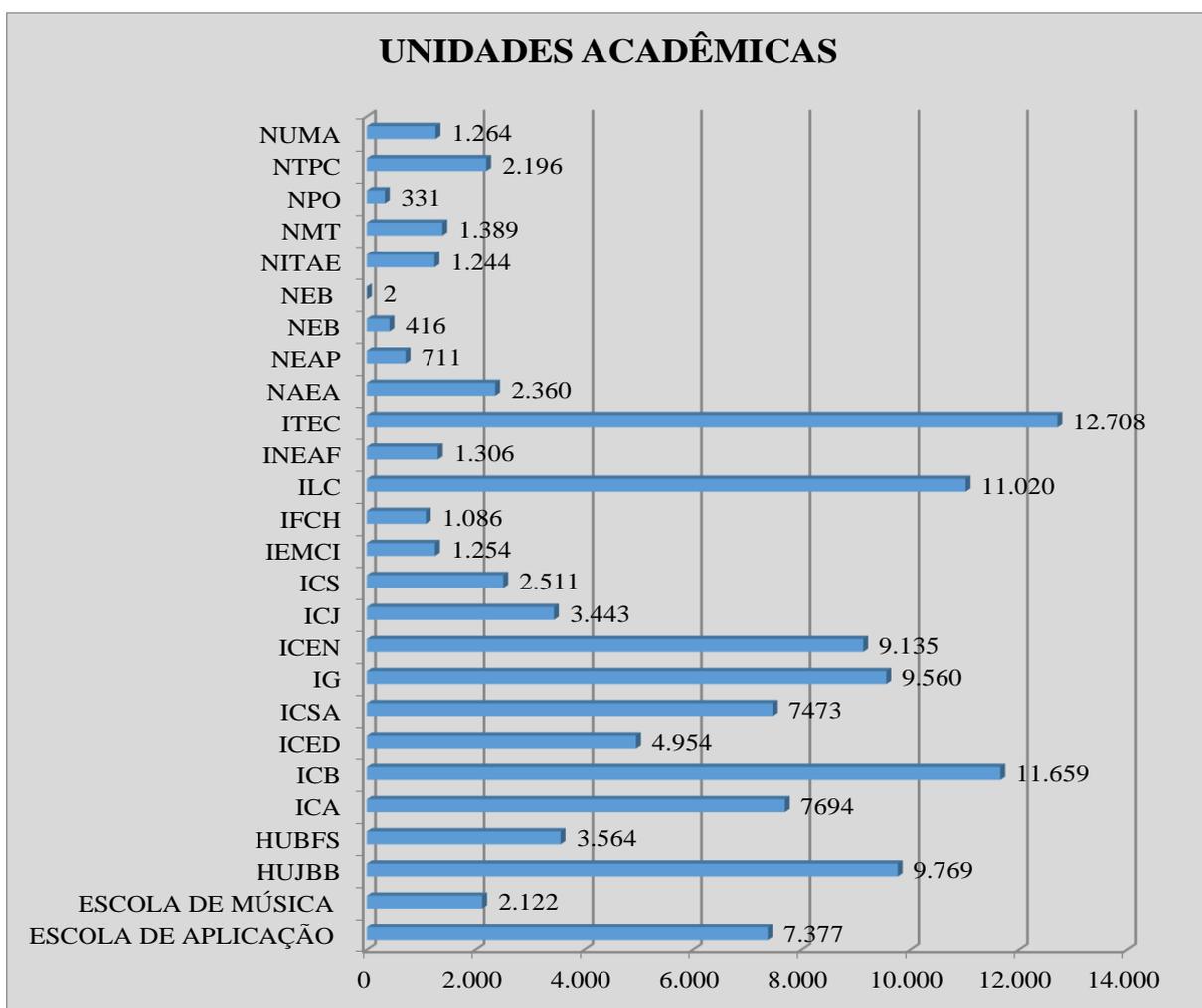
Fonte: DAP/COM/PROAD/UFPA.

Figura 8 - Resultados dos Campi do Interior.



Fonte: DAP/COM/PROAD/UFPA.

Figura 9 - Resultados das Unidades Acadêmicas.



Fonte: DAP/COM/PROAD/UFPA.

## 5. CONCLUSÃO

A gestão patrimonial dos bens móveis permanentes da UFPA está em processo de melhoria e alinhada com as diretrizes e legislações vigentes no que tange as políticas de administração patrimonial da Administração Pública Federal.

A presente pesquisa apresentou os resultados da gestão patrimonial e do controle de bens móveis permanentes a partir do Inventário Patrimonial da Universidade Federal do Pará. Assim como, apresentou o contexto da gestão patrimonial e do controle de bens móveis da UFPA. Em especial, destacou os resultados obtidos com a etapa de levantamento físico dos bens móveis totalizando o quantitativo de 197.837 bens.

Por essa razão e pelos resultados apresentados, ressalta-se a importância da adoção de um processo de gestão e controle dos bens móveis permanentes, considerando os preceitos legais da Administração Pública Federal e com o intuito de melhorar a qualidade das aquisições e serviços, melhorar o desempenho institucional e otimizar recursos públicos da Instituição pesquisada, a UFPA.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Diogo Duarte. **Manual de controle patrimonial nas entidades públicas**. 1ª Ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013.

BERNARDES, José Francisco. **Gestão Patrimonial: materiais permanentes e bens móveis**. Florianópolis: UI/UFSCS, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, página 2745, 23 mar. 1964. PL 201/1950. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm). Acesso em: 01 jun.2024.

\_\_\_\_\_. Instrução normativa Nº 205 de 08 de abril de 1988. I.N., com o objetivo de racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do SIG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 abr. 1988. Disponível em: [http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205\\_88.htm](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205_88.htm). Acesso em: 01 jun.2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406/2002 – Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 448, de 13 de setembro de 2002. Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17.set.2002. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:8754](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:8754). Acesso em: 08 jun. 2024

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.129, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 01 jun.2024.

CHIN, Hong Yoh. **Gestão de estoques na cadeia de logística, integrada – Supply/chain**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. 1ª ed. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, **Vozes**, 2007. PHILLIPIS, B.S.

SANTOS, Gerson dos. **Gestão Patrimonial**. 5. ed. ampl. e atual. Florianópolis: Secco, 2016.

SEVERINO, Antônio, Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. rev. e atual, São Paulo: Cortez Editora, 2007.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Estatuto & Regimento geral da UFPA**. EDUFPA, 2009.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pará. (2016). **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará: 2016-2025**. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. <https://proplan.ufpa.br/index.php/pdi-da-ufpa>.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pará. **Resolução nº. 809, de 16 de dezembro de 2019**. Aprova as alterações na Resolução nº. 662, de 31 de março de 2009 - CONSUN, que dispõe sobre a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio da Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Universidade Federal do Pará. [https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/2019/8090Altera](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2019/8090Altera).

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pará. (2021). **Manual de Procedimentos Patrimoniais**. [https://proad.ufpa.br/documentos/dap/Manual\\_de\\_Procedimentos\\_Patrimoniais.pdf](https://proad.ufpa.br/documentos/dap/Manual_de_Procedimentos_Patrimoniais.pdf)

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Pará. (2023). **UFPA em números**. <http://www.ufpanumeros.ufpa.br>.